

07 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Entidade ainda espera fechar lojas no feriado

Expectativa no sindicato dos trabalhadores é que Justiça derrube sentença que libera abertura de comércio no Dia da Consciência Negra

Fábio Galiotto
Reportagem Local

A decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) de liberar a abertura de lojas no feriado do Dia da Consciência Negra em Londrina, anunciada em maio, não é garantia de que o expediente será normal no próximo dia 20. Representantes do Sindicato dos Empregados do Comércio de Londrina (Sindecolon) acreditam na possibilidade de reverter a decisão até a véspera. Ao mesmo tempo, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (Sindimetal) tenta liberar o funcionamento de fábricas do setor na data.

Líderes do Movimento Negro local esclarecem que o feriado não está suspenso (leia mais em texto nesta página), conforme lei municipal de 2009. Apenas a abertura de lojas foi permitida em decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, em caráter definitivo, da qual recorreram junto à prefeitura e ao Sindecolon.

A liberação para as lojas funcionarem foi conseguida

a pedido do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina e Região (Sincoval), com a argumentação de que a lei municipal que decretou o feriado é inconstitucional. Segundo a Lei 9.093/1995, são feriados municipais os "dias do início e do término do ano centenário da fundação do Município, fixados em lei municipal", além de quatro dias que sejam datas religiosas.

Para o diretor do Sindecolon, Celio Vila, a suspensão do feriado elimina até a necessidade de pagamento de hora extra no dia, que passaria a dia útil normal. Porém, ele considera estranho que a decisão valha apenas para um setor. "Defendemos que deve ser feriado para todos porque a lei foi aprovada pela Câmara e todo o planejamento do ano foi feito assim", diz. Mesmo assim, o procurador geral do Município, Zulmar Fachin, que recorreu da sentença, acredita que seja difícil reverter a causa neste ano.

A mesma opinião tem o advogado do Sincoval, Ed Nogueira de Azevedo Junior. "Acho improvável uma apelação de decisão em uma de-

cisão definitiva em tão pouco tempo", diz. Ele afirma que a memória sobre a história dos negros no País deve ser preservada, mas não necessariamente com um feriado. Sobre a mudança valer apenas para o comércio, ele sugere uma discussão na cidade para igualar a situação. "Entidades que representam outras categorias deveriam pedir alteração da lei. Se não for possível, o caminho deve ser o Judiciário."

Nova ação

O Sindimetal usou a mesma base para pedir a abertura de indústrias. A entidade teve o pedido recusado na 2ª Vara da Fazenda Pública em Londrina, recorreu ao TJ-PR e espera a decisão liminar para hoje. O juiz, Marcus Renato Nogueira Garcia, havia negado liminar ao Sindimetal porque considerou que o feriado foi instituído por Lei Municipal 10.816/2009, que está em vigor "há anos" e que não há "perigo na demora" para justificar uma liminar. "Fosse a medida realmente urgente, já teria sido aforada pelos interessados nos anos anteriores", escreveu.

CONTINUA

07 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Data comemorativa está mantida em Londrina

Nelson Bortolin

Reportagem Local

CONTINUAÇÃO

O presidente da entidade, Valter Orsi, insiste, porém, que o prejuízo com o feriado na região pode ser de R\$ 5 milhões. Ele diz que a venda no comércio pode se acumular para o dia seguinte em caso de fechamento, o que não ocorre com fábricas, que não podem dobrar a produção com os mesmos funcionários. "Discutimos a legalidade da lei. O município não pode criar feriados dessa forma", diz.

Orsi afirma que não é contra a data. "Será que cidades vizinhas que não têm feriados no dia desrespeitam a consciência negra? A discussão deveria ser nacional e, por isso, dizemos que é algo inconstitucional."

O juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara da Fazenda Pública, decidiu que o Município de Londrina não pode impedir que os estabelecimentos representados pelo Sindicato do Comércio Varejista de Londrina (Sincoval) funcionem no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. A multa, em caso de descumprimento, é de R\$ 5 mil por estabelecimento impedido de abrir as portas. Essa foi a sentença de Vieira, com data de 1º maio deste ano, ao julgar o mérito de uma ação movida pelo Sincoval.

Portanto, ao contrário do que a FOLHA informou ontem, o feriado municipal da Consciência Negra não está suspenso. E todos os estabelecimentos, com exceção do comércio varejista, deverão permanecer fechados.

O movimento negro da cidade promete realizar, no dia 20, um protesto contra a decisão do sindicato de ir à Justiça para garantir a abertura das lojas. "Entendemos que não há nenhuma razão, que não o racismo, para esse processo", afirma o ex-vereador Tito Vale, autor do projeto de lei que estabeleceu o feriado. Para ele, quem propôs a ação considera que os negros não merecem a comemoração.

Junto com dois outros integrantes do movimento negro, José Mendes e Maria Eugênia de Almeida, ele visitou ontem a FOLHA. Mendes também vê racismo atrás

do argumento econômico dos autores do processo. "São Paulo que é o motor da economia nacional para no Dia da Consciência Negra. Por que Londrina não pode parar?", questiona. Segundo ele, um quarto dos municípios do País adotam feriado na data.

Para o ex-vereador, quando os brancos resistiam à abolição da escravidão no Brasil, a argumentação também era econômica. "Diziam que os escravos não podiam ser libertados porque o Brasil iria quebrar", destaca. Advogado, ele discorda da decisão do juiz que decidiu não ser competência do Município legislar sobre feriados não religiosos. "O mérito maior está na Constituição, na dignidade da pessoa humana", defende.

O movimento negro é parte interessada em uma ação movida no Tribunal de Justiça (TJ), em Curitiba, para tentar reformar a decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública. "Quando instituímos o feriado em Londrina (em 2009), houve amplo debate na Câmara, inclusive com a realização de audiência pública. Ninguém se opôs à época", reclama Tito Vale.

Maria Eugênia ressalta que o movimento em Londrina é um dos mais fortes do País e que a cidade é pioneira na implantação de cotas raciais e do Conselho da Comunidade Negra: "A nossa luta é histórica e a conquista do feriado não foi à toa", declara.

CONTINUA

07 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Curitiba

O presidente do Conselho Municipal de Política Étnico Racial (Comper) de Curitiba, Saul Dorval da Silva, foi ontem ao Ministério Público do Paraná pedir que o órgão tente derrubar a liminar obtida pela Associação Comercial do Paraná (ACP) que, na véspera, suspendeu o feriado da Consciência Negra na Capital. Representantes dos movimentos sociais também já recorreram ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a mesma solicitação de derrubada da liminar.

O dia 20 de novembro foi escolhido como o Dia da Consciência Negra porque foi quando morreu o herói nacional Zumbi dos Palmares, no ano de 1695. (Colaborou Andréa Bertoldi)



José
Mendes,
Maria
Eugênia
de
Almeida e
Tito Vale
veem
racismo
nas
medidas
contra o
feriado

07 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Vulgarização

Inconformados com a decisão judicial que proibiu o feriado da "Consciência Negra" estariam dispostos a acionar o CNJ como instância recursal. O CNJ, dada a relevância que ganhou (ainda agora derrubou a cúpula do Judiciário baiano) como órgão de controle externo não pode ser alvo desse equívoco que atropela a hierarquia e ao mesmo tempo se vulgariza.

OPINIAO DO LEITOR

Feriado da Consciência Negra

Não só o feriado da Consciência Negra, como também as cotas para negros em concursos e faculdades, são a maior prova de como nosso país e a sociedade são preconceituosos e racistas. Negro não quer esmolas. Combater o racismo é não aceitar esse tipo de coisas e favores. O racismo só se combate com uma arma: igualdade para todos!

JULIO RODRIGUES DE MELLO (vigilante) – Londrina

FOLHA DE LONDRINA

Médico é liberado sem pagar fiança

Rafael Fantin

Equipe Bonda

07 NOV 2013

Cascavel - O médico Jetson Luiz Franceschi, preso na terça-feira por supostamente fraudar o cartão ponto na UBS Faculdade em Cascavel (Oeste), foi liberado na manhã de ontem. Ele foi beneficiado por um alvará de soltura concedido pelo plantão da Vara de Execuções Penais (VEP), mas vai responder por falsidade ideológica.

O advogado Vitor Hugo Scartezini, que defende Franceschi, informou que entrou com pedido de liberdade provisória às 21 horas de terça-feira e que o ginecologista foi liberado sem pagamento de fiança. "Ele vai responder em liberdade provisória e agora vamos esperar a conclusão do inquérito policial", declarou Scartezini.

Questionado pela reportagem sobre as alegações do cliente, Scartezini respondeu que ainda não poderia comentar o assunto. No depoimento, de acordo com a polícia, Franceschi argumentou que deixava o posto de saúde apenas quando não tinha pacientes.

No entanto, a investigação da CPI da Saúde da Câmara de Cascavel, com apoio da Polícia Civil, apontou que o médico chegava ao local por volta das 7 horas para registrar o início do expediente e deixava a UBS para atender em uma clínica particular. E que retornava para atender por menos de uma hora antes de registrar a saída. O servidor público foi contratado para realizar o atendimento por três horas.

A CPI da Saúde da Câmara Municipal de Cascavel ainda deve encaminhar o pedido de exoneração do funcionário ao município.

07 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME FOLHA

Cassação em Turvo

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná cassou os diplomas do prefeito e do vice da cidade de Turvo (Centrosul), Antonio Marcos Seguro (PSD) e Carlos Schneider (PS-DB). Para o relator, desembargador Edson Vidal, ficou configurada a compra de votos porque às vésperas da eleição, os então candidatos teriam distribuído cestas básicas aos eleitores de uma comunidade indígena com recursos da administração pública, "configurando abuso do poder de autoridade e conduta vedada aos agentes públicos". Até ontem à tarde, a Justiça Eleitoral de Guarapuava, que abrange Turvo, não havia sido intimada da decisão e o TRE informou que o acórdão ainda não estava publicado. Os políticos, que seguem nos cargos, não foram localizados e os advogados não deram retorno à reportagem.

Eduardo Requião

O ex-superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) Eduardo Requião foi isentado ontem do pagamento de multas por irregularidades durante a sua gestão na autarquia, entre 2003 e 2005. A decisão foi tomada, em sessão plenária, pelos conselheiros do Tribunal de Contas (TC) do Estado. Além de Requião, o colegiado levantou as multas impostas a outros três ex-diretores da entidade: Mário Marcondes Lobo, Maria Manuela da Encarnação Oliveira e Valdir Neves. O relator do caso é o conselheiro Fábio Camargo, ex-deputado estadual pelo PTB.

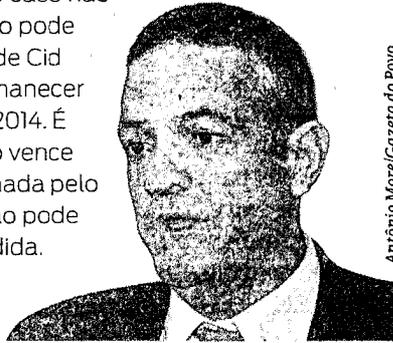
Se livrou → Se

Segundo o TC, a Appa foi alvo de dez autos de infração, lavrados por três órgãos federais: Ministério do Trabalho, Anvisa e Receita Federal. Devido a essas irregularidades, o tribunal impôs multas que, no caso de Eduardo Requião, chegavam a R\$ 39.773,73, em valores da época. O ex-superintendente recorreu da decisão, pedindo a nulidade das multas aplicadas, pois elas se referiam a fatos anteriores à vigência da Lei Complementar 113/2005.

NOTÍCIAS
Políticas

Vasques no aguardo

Comenta-se nos bastidores do Judiciário do Paraná que o mérito do mandado de segurança que impede o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) de julgar o pedido de revogação da licença concedida ao secretário de Estado da Segurança Pública, procurador de Justiça **Cid Vasques (foto)**, não será julgado este ano. Suspeita-se de uma retaliação ao MP, que protocolou uma reclamação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima. Também haveria uma pressão do governo do Paraná para que o caso não ande. O adiamento pode aumentar o risco de Cid Vasques não permanecer na secretaria em 2014. É que em dezembro vence a licença questionada pelo CSMP. A renovação pode ou não ser concedida.



Antônio More/Gazeta do Povo

Cassados

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) cassou ontem os mandatos do prefeito e do vice-prefeito do município de Turvo, na região Centro-Sul do estado. Antônio Marcos Seguro (PSD) e Carlos Schneider (PSDB) foram condenados por distribuírem cestas básicas em troca de votos. Eles poderão ficar inelegíveis e terão de pagar uma multa de cerca de R\$ 12 mil.

Inelegível

O ex-prefeito de Almirante Tamandaré Vilson Goinski (PMDB) foi declarado inelegível por oito anos pela Justiça Eleitoral. A juíza Inês Zarpellon entendeu que ele fez propaganda irregular, quando ainda estava na prefeitura do município da Região Metropolitana de Curitiba, para o candidato a prefeito Gerson Colodel e o seu vice Walter de Camargo, que perderam a eleição. Colodel e Camargo também estão inelegíveis.

Dados sigilosos

A Justiça Federal aceitou denúncia contra o jornalista Amaury Ribeiro Jr. e outras cinco pessoas por quebra do sigilo fiscal de integrantes e familiares de políticos do PSDB. Em julho deste ano, o Ministério Público Federal denunciou o grupo à Justiça pela quebra de sigilo de pessoas ligadas a José Serra (PSDB) em 2009. Em 2010, quando Serra enfrentou Dilma Rousseff na campanha pela Presidência, os dados sigilosos foram encontrados em um dossiê antitucano em posse de petistas. Em depoimento, Ribeiro acusou o presidente do PT, Rui Falcão, de ter usado dados de seu computador. Ele alega que estava produzindo uma reportagem.

07 NOV 2013

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

Feriado 1

Sobre a discussão a respeito do feriado do Dia da Consciência Negra, acredito que um dia de folga não vai fazer alguém ter ou não consciência da importância do negro na história do país. Será apenas mais um dia para acordar tarde ou ir à praia. Quanto àqueles que dizem que há falta de interesse da ACP no feriado, pois o mesmo não traria negócios para o comércio como outros feriados, lembro que, fora o Natal, todos os outros feriados de grande movimento para o comércio caem em fins de semana ou coincidem com outros feriados.

Ricardo Fantini

Feriado 2

Nenhuma raça merece feriado exclusivo em detrimento de outra. Não vai ser com feriados que vamos evoluir, acabar com o racismo e a falta de respeito. É bem verdade que o cancelamento foi motivado para evitar o prejuízo ao comércio, mais isso não é o mais importante. O mais importante é sermos criativos e achar outros caminhos para sermos mais iguais.

Paulo Lugli, economista

Feriado 3

Os nossos vereadores deveriam se preocupar com coisas mais importantes do que ficar criando feriados. Não há dúvidas sobre a importância dos negros no desenvolvimento e cultura de nosso país, mas fazer desse dia feriado é desnecessário. Façamos um dia de reflexão, com escolas, jornais e órgãos públicos se dedicando a discutir assuntos relacionados à inclusão e à cultura negra. Além disso, outras etnias também foram importantíssimas no desenvolvimento do país.

Isabelle Vianna Trevisan

Feriado 4

O Tupyaranaense começa a recuperar a confiança da população com a correta decisão de cancelar esse absurdo feriado. Nenhuma das diversas raças (negra, branca ou amarela) que ajudaram a construir a nossa cidade, estado e país precisa de feriado para homenagear o trabalho que realizaram.

Luiz Cesar Busch Ziliotto

07 NOV 2013

GAZETA DO POVO

STF declara que o voto impresso é inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) acabou ontem definitivamente com as chances de voto impresso a partir da eleição do próximo ano. Os ministros do STF declararam inconstitucional um dispositivo legal de 2009 que previa essa possibilidade com o objetivo de conferir o resultado da eleição. A impressão do voto chegou a ser testada na eleição de 2002 no Distrito Federal, em Sergipe e em mais 73 municípios brasileiros. Mas foi descontinuada após ter provocado atrasos na votação e suspeitas de quebra de sigilo do voto.

Presos em regime semiaberto são acusados de violentar crianças

O Ministério Público investiga a denúncia de estupro contra duas alunas de 11 e de 12 anos de um colégio estadual de Paranavaí, no Noroeste do Paraná. Dois presidiários que cumprem pena em regime semiaberto na Colônia Penal Industrial de Maringá são os suspeitos. Eles trabalham no Instituto das Águas, que fica ao lado da instituição de ensino. Outros 14 detentos do CPIM, que prestam serviço no mesmo local, também serão investigados. Uma estudante teria confessado aos professores que manteve relações sexuais com um dos presos.

CURITIBA

Vereadores aprovam criação de Conselho dos Direitos da Mulher

A Câmara de Vereadores aprovou ontem, em segunda votação e por unanimidade, o projeto de lei de autoria da prefeitura que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba. Movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos da mulher ocuparão 60% das vagas de Integrantes e o poder público as demais vagas. Após sancionado pelo prefeito, o novo colegiado terá a função de fiscalizar a aplicação das diretrizes estabelecidas pelo governo federal para as mulheres nas áreas de saúde, segurança e educação.

STF arquiva acusações de crime eleitoral contra ministro

O Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou inquérito contra o ministro dos Transportes, César Borges (PR), por suposto crime eleitoral. Ele era investigado porque teria descumprido uma ordem judicial nas eleições de 2010, quando concorreu a uma cadeira ao Senado pela Bahia, para tirar do ar uma propaganda irregular. Na disputa, César Borges, que já foi senador e governador baiano, terminou em terceiro lugar. A investigação foi aberta um mês depois de Borges se tornar integrante do 1º escalão do governo da presidente Dilma Rousseff. Com a posse, ele ganhou foro privilegiado, isto é, direito de ser investigado criminalmente apenas pelo Supremo.

Techint cobra dívidas da OSX na Justiça

A fabricante de equipamentos italo-argentina Techint decidiu cobrar na Justiça o atraso nos pagamentos da empresa naval OSX, de Eike Batista. A empresa entrou ontem com pedido de execução de título extrajudicial na 28ª Vara Cível do Rio de Janeiro, aumentando a pressão sobre a OSX. Nas últimas semanas, outros fornecedores já vinham fazendo o mesmo. Em situação financeira delicada, a empresa naval deve pedir recuperação judicial amanhã, seguindo o mesmo caminho de sua principal cliente, a OGX. Procurada, a Techint confirmou o pedido, mas não quis detalhar os valores solicitados. A companhia foi contratada pela OSX para construir as plataformas WHP-1 e WHP-2, encomendadas pela OGX. A primeira unidade foi cancelada em julho. Mais de 2 mil pessoas foram demitidas do canteiro de obras da Techint em Pontal do Paraná, litoral do estado.

GAZETA DO POVO

» PUNIÇÃO SOCIAL

O que a dor alheia pode ensinar

Instituto Paz no Trânsito reeduca motoristas infratores por meio de terapia coletiva com famílias que perderam filhos em acidentes

Bruna Komarchesqui

A regra é quase sempre a mesma: quem comete um delito no trânsito costuma pagar pouquíssimo por ele. Embora as consequências de dirigir sem habilitação ou sob efeito de álcool possam ser irreversíveis, na grande parte dos casos o infrator é condenado a fazer uma doação ínfima ou prestar serviços em escolas e instituições de caridade. São ações punitivas, mas pouco eficientes no sentido de formar motoristas melhores e mais conscientes. Na contramão da regra, reeducar o réu, fazendo-o tomar contato com a dor de famílias mutiladas por acidentes de trânsito, é um dos objetivos do Instituto Paz no Trânsito (Iptran). A iniciativa, pioneira no Paraná e no país, surgiu em 2010 e já atendeu 126 condutores infratores em Curitiba.

Um deles é o jovem Bruno Prohmani da Rocha, 18 anos, que se envolveu em um acidente de mobilite que resultou em uma morte no ano passado. Na época, o rapaz era menor de idade, não tinha habilitação e não usava capacete. Em uma tarde de

domingo, a duas quadras de casa, encontrou um pedestre alcoolizado no caminho. “Ele estava fora da faixa, não o vi. No dia seguinte, ele morreu”, recorda. A mobilite foi apreendida e Bruno encaminhado ao Iptran, há seis meses. “Ouvir os depoimentos aqui é uma forma de pensar. A lição que fica é só fazer as coisas conforme manda a lei”, afirma o operador de prensa, que agora está tirando a primeira habilitação.

Tragédia pessoal

O sofrimento das mães que perdem filhos no trânsito, motor dos projetos do Instituto, foi também a motivação para seu surgimento.

Quando perdeu o filho Gilmar Rafael Souza Yared, 26 anos, em um acidente envolvendo o ex-deputado Luiz Fernando Carli Filho, há quatro anos, Christiane Yared viu sua dor exposta na mídia. “Perguntaram-me se não seria melhor eu chorar sozinha em casa, mas decidi que eu não seria só mais uma.” Dias depois do acidente, ela começou a receber ligações de mães que vivem o mesmo, querendo ajuda para superar.

Mais tarde, em conversa com o juiz da 2.ª Vara de Delitos no Trânsito, Lourenço Cristóvão Chemin, surgiu a ideia de assistir também o infrator. Desde o início do ano passado, delitos passíveis de pena alternativa são encaminhados à instituição. As doações — que variam de R\$ 200 a R\$ 1 mil — pagam o aluguel e as psicólogas.

No Iptran, o infrator passa por dez horas de terapia individual, cinco horas no núcleo das famílias — onde ouve histórias de mães órfãs do trânsito — e 25 horas de prestação de serviços em hospitais de traumas de Curitiba.

“A iniciativa tem resultado porque impacta, é uma dor real. Não se educa sem punição.”

Christiane Yared, mãe de Gilmar Yared, morto em um acidente de trânsito há quatro anos.

126

Infratores de trânsito de Curitiba já foram atendidos pelo Iptran desde 2010.

CONTINUA

07 NOV 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Filho de Rose morreu no dia do aniversário

■ “Se eu não ensino o meu filho, ele mata o do outro.” A frase de Christiane resume o sofrimento da família Yared e de dezenas de outras atendidas pelo Iptran. Quase nunca a vítima estava errada no acidente e, em grande parte das vezes, o causador da tragédia não morre. A regra se aplica também à tragédia que vitimou o filho de Rosemari Carriel de Lima, 48 anos, secretária do Instituto. Era 24 de dezembro de 2008, véspera de Natal e aniversário de 21 anos de Robson, seu primogênito. A carona com um colega bêbado, depois da balada com os amigos, foi fatal.

“Me ligaram 4h30 da madrugada: vem para casa que seu filho morreu”, lembra Rose. O acidente que causou a morte de Robson deixou outro rapaz na cadeira de rodas. Já o motorista não teve sequelas. (BK)

EXPERIÊNCIA

Atendidos têm opiniões divergentes sobre o “tratamento de choque”

O auxiliar Abdias Sabino, 50 anos, se envolveu em uma discussão com um motociclista em janeiro deste ano, o que lhe rendeu seis meses de prestação de serviços. Ele conta que a moto atingiu seu carro e o condutor ligou para oito amigos para resolver a situação à força. Acusado de embriaguez – Sabino se recusou a fazer o teste do bafômetro –, foi detido e precisou pagar fiança de R\$ 700. “Fiquei chateado, estou pagando por algo que não fiz. Mas depois você começa a conhecer as pessoas. Está sendo legal até para mim, que não fiz nada.”

Já o motorista Antônio Carlos Medeiros Moreira, 40 anos, avalia que a efetividade do Iptran depende de quem cometeu o delito. “Cada um tem uma cabeça”. Moreira foi condenado a 40 horas de prestação de serviço porque abandonou o local após uma colisão com danos materiais.

Modelo é mais educativo, diz juiz

■ Curitiba conta com duas Varas de Delitos no Trânsito, mas somente a 2.ª encaminha infratores para o Iptran. Na 1.ª Vara, réus primários de crimes “com menor potencial ofensivo” têm o benefício previsto em lei de prestação pecuniária. “O juiz designa a instituição cadastrada. O valor depende da gravidade da infração e da situação financeira do acusado”, explica a escrivã Maria Vilma Bastos de Lima.

Dos 1.486 processos que deram entrada na 2.ª Vara de Delitos de Trânsito de

Curitiba no ano passado, 501 geraram encaminhamentos a algum tipo de prestação de serviço, (33,7%). O convênio com o Iptran teve início há um ano e meio e, por isso, não há estatísticas da efetividade da proposta. Mas, segundo o juiz titular da 2.ª Vara, Lourenço Cristovão Chemin, não houve reincidências entre os atendidos pela instituição.

Antes, o acusado era encaminhado à Fundação de Ação Social (FAS) e acabava prestando serviço em escolas. “Era uma pena não tão

educativa. Nesta instituição pioneira, a pessoa toma ciência do que acontece com vítimas de motoristas embriagados. Muitos viram voluntários”, destaca Chemin. (BK)

07 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Planejamento da herança evita conflitos familiares

ARTIGO

ROGÉRIO PORTUGAL BACELLAR, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR).

Pensar o que pode acontecer com seus bens após a própria morte está longe de ser o assunto preferido dos brasileiros. No entanto, apesar de muitas pessoas ainda enxergarem a antecipação da herança e o testamento como sinônimo de morbidez ou de instrumento restrito para famílias que têm muito dinheiro, esse tipo de planejamento pode ser muito eficaz no futuro para evitar conflitos entre familiares.

Os bens podem ser transmitidos aos herdeiros de diversas maneiras, como doação ou testamento. Ambos os procedimentos também facilitam a elaboração do inventário, que é o instrumento utilizado para organizar a divisão patrimonial após a morte.

Quando é feita para filhos e cônjuge, a doação em vida funciona como uma antecipação da herança. Para formalizar o procedimento é preciso que todos os herdeiros estejam de acordo com a divisão pretendida. A doação deve ser formalizada no tabelionato de notas por meio de uma escritura pública, que precisa ser assinada por todas as partes. Quando se tratar de imóvel, é necessário ainda fazer o registro da matrícula do bem em um cartório de registro de imóveis.

O doador também pode optar por fazer a doação com reserva de usufruto, aconselhável para quem quer facilitar a elaboração do inventário e deci-

dir em vida o destino dos bens, mas sem ficar desprotegido. O usufruto garante que os herdeiros não expulsem os moradores ou vendam o bem doado antes do falecimento.

Já o testamento, apesar de ser feito em vida, organiza como os bens serão divididos apenas após o falecimento do testador. O procedimento pode ser feito por qualquer pessoa com mais de 16 anos, independentemente da extensão do patrimônio, sem necessidade de um advogado. No Código Civil estão previstos três tipos de testamento: o particular, feito pelo próprio testador; o cerrado, que é um documento particular aprovado pelo tabelião de notas perante duas testemunhas e, então, é costurado e lacrado; e o público, feito e lavrado no livro do cartório.

É preciso destacar que mesmo quem planeja a sucessão não excluirá a necessidade de seus familiares abrirem o processo de inventário após o falecimento; no entanto, esse procedimento poderá ser simplificado. Havendo o testamento, é preciso que os familiares providenciem o registro do documento em juízo e então façam a abertura do processo de inventário, que nesse caso deverá ser judicial.

Proporcionado pela Lei nº 11.441/07, o inventário extrajudicial pode ser feito em tabelionato de notas depois de relacionados os bens, direitos e dívidas da pessoa, e a partilha do que foi relacionado.

Para que o documento possa ser feito em cartório, ou seja, extrajudicialmente, é preciso que todos os herdeiros sejam maiores e capazes; deve haver consenso entre eles quanto à divisão estabelecida no inventário; não pode haver testamento; e a escritura deve ser feita com a participação de um advogado. Para os demais casos o processo deve ser judicial.

Uma curiosidade é que o testamento possui outras funcionalidades que muita gente não conhece. Além de decidir para quem deseja destinar seus bens após a morte, o testador pode ainda usar o testamento para declarar uma vontade, reconhecer dívidas, fazer uma confissão ou uma declaração e até mesmo reconhecer a paternidade de um filho. Dependendo das cláusulas adicionadas, o testamento também é capaz de evitar o comprometimento dos bens dos herdeiros por dívidas. Mesmo com o caráter de público, o documento só pode ser consultado e alterado pelo testador.

07 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda Alckmin refazer ação contra cartel

Juíza aponta falhas em processo aberto contra empresa que revelou conluio em licitações de trens em São Paulo

Governador terá que reapresentar pedido de indenização incluindo empresas postas sob suspeita pela Siemens

MARIO CESAR CARVALHO
JOSÉ ERNESTO CREDENDIO
DE SÃO PAULO

Se quiser receber alguma indenização das empresas acusadas que formar um cartel para fraudar licitações do Metrô e da CPTM, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) terá que refazer a ação proposta em agosto contra a multinacional alemã Siemens.

Em decisão tomada na terça-feira, a juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, mandou o governo refazer a ação, incluindo outras empresas acusadas de conluio.

O pedido original do governo só citava a Siemens e foi tratado como piada nos meios jurídicos. Advogados diziam que a Procuradoria-Geral do Estado criara com a ação uma anomalia semelhante à quadrilha de um homem só: era o cartel de uma empresa só.

Cartel é a ação de um grupo de empresas para combinar o resultado — e os valores — de uma concorrência.

“As sociedades que integram o cartel ou consórcios empresariais e que agiram em

diversas licitações levadas a cabo pela CPTM e Metrô deverão integrar o polo passivo”, escreveu a juíza em sua decisão. “A integração de todas é indispensável, sob pena de se dar brecha a decisões conflitantes, caso haja positura de futuras ações.”

A **Folha** revelou em julho que a Siemens fizera um acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão federal encarregado da defesa da concorrência, no qual a empresa confessava integrar um cartel, junto com 19 empresas.

O conluio, segundo a Siemens, ocorreu em licitações realizadas em São Paulo e no Distrito Federal entre 1998 e 2008, época em que São Paulo foi governado pelo PSDB.

A decisão manda o governo corrigir várias falhas apontadas na ação inicial. Ela não apontou os valores dos contratos sob suspeita, por exemplo, e sem isso é impossível calcular o eventual sobrepreço e a indenização devida.

A juíza também determina que o governo atribua valor mais realista à causa. Originalmente, ele dera à ação o valor de R\$ 50 mil, quase nada se comparado aos bilhões de reais dos contratos que estão sob investigação no Cade.

A juíza diz ainda que o governo talvez tenha sido precipitado: “A falta de prova do envolvimento de cada um no suposto esquema de fraude-licitação sugere que tenha sido a ação prematuramente ajuizada, como bem sustentou o Ministério Público”.

O Ministério Público pediu que a Justiça rejeitasse a ação por inépcia. Segundo a Promotoria, não faz sentido pedir indenização à Siemens sem antes investigar as responsabilidades de cada empresa participante do cartel.

Em nota, a Procuradoria Geral do Estado disse que vai cumprir a decisão da Justiça, mas defendeu a ação. A Procuradoria argumenta que somente a Siemens é ré confessa no caso até agora, e afirma que outras medidas judiciais “serão propostas conforme a produção de provas” nas investigações sobre o cartel.

07 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Juiz aceita denúncia contra acusados de violação de sigilo

Jornalista que investigou Serra na campanha de 2010
vira réu em processo que apura quebra de sigilo fiscal

Advogado do jornalista afirma que seu cliente ainda não foi citado e diz acreditar que a ação não irá prosperar

DE BRASÍLIA

A Justiça Federal em Brasília aceitou denúncia contra o jornalista Amaury Ribeiro Jr. e outros cinco réus por quebra do sigilo fiscal de integrantes do PSDB e familiares de políticos tucanos.

O juiz Marcus Vinicius Reis Bastos, da 12ª Vara do Distrito Federal, tomou a decisão no último dia 30 e transformou os envolvidos em réus no processo sobre o caso.

Em julho deste ano, o Ministério Público Federal denunciou à Justiça Ribeiro Jr. e os despachantes Dirceu Garcia e Antonio Carlos Atella, o office-boy Ademir Cabral e a então funcionária do Serpro cedida à Receita Federal, Adeildda dos Santos, pela quebra de sigilo de pessoas ligadas ao ex-governador José Serra (PSDB) em 2009.

A Procuradoria pediu a abertura de inquérito para identificar mentores da ação.

Em 2010, quando Serra enfrentou Dilma Rousseff na eleição presidencial, dados si-

gilos do ex-ministro tucano Eduardo Jorge foram encontrados num dossiê em posse da equipe da pré-campanha do PT. Segundo a PF, o sigilo de Veronica Serra, filha de Serra, também foi quebrado.

Após o caso ser revelado pela **Folha**, tucanos acusaram o comando da campanha de Dilma de encomendar a quebra de sigilo. Em depoimento à PF, Amaury Ribeiro acusou o presidente do PT, Rui Falcão, de copiar de seu computador dados de pessoas ligadas a Serra. Falcão sempre negou a acusação.

Na denúncia, o Ministério Público pede autorização pa-

ra “continuar a apuração do núcleo criminoso de Brasília e as ligações com a comunidade de informações”.

A declaração de Imposto de Renda de Eduardo Jorge integrava o dossiê elaborado pelo “grupo de inteligência” da pré-campanha petista.

Para a Procuradoria, foram cometidos crimes de corrupção ativa, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, falsidade ideológica e uso de documento falso.

Segundo investigação, o despachante Dirceu Garcia fazia contato com o office-boy Ademir Cabral, que acionava um outro despachante, Antonio Carlos Atella. Este obtinha dados falsificando documentos ou contratando o despachante ligado a Adeildda.

Um dos advogados de Amaury Ribeiro, Tracy Reinaldet, disse que seu cliente ainda não foi citado para se defender e que é possível até mesmo o encerramento do processo quando se explicar.

“O juiz recebeu a denúncia mas o Amaury ainda não foi citado, por isso entendemos que a denúncia foi recebida de maneira precária. Estamos aguardando a citação para apresentarmos a defesa.” A **Folha** não localizou ontem os demais acusados. (MATHEUS LEITÃO E SEVERINO MOTTA)

➤ SUCESSÃO

SERRA PREVÊ COMPLICAÇÕES NA ECONOMIA

O ex-governador José Serra disse ontem que “não será tarefa fácil” ser presidente do Brasil a partir de 2015. Ele participou de uma teleconferência com consultores em que criticou a política econômica do governo do PT. O tucano apontou a alta do dólar como complicador e previu alta dos juros.

07 NOV 2013
FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

VASSOURA

O presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, proibiu os fóruns da capital e do interior de usar recursos próprios para pagar despesas de órgãos que ocupam os prédios. Ministério Público, OAB, Defensoria Pública e Tribunal Regional Eleitoral serão afetados.

VASSOURA 2

No comunicado enviado às comarcas, Sartori especifica as despesas dos inquilinos que não podem ser custeadas: material de limpeza e de escritório, café, água mineral, contas de luz, água e telefone e até sabonete e papel higiênico. O presidente já tentou medida extrema: tirar os integrantes do MP dos prédios da Justiça.

“tiroteio”

A Justiça age a serviço dos ricos ao barrar o projeto do IPTU, que favorece os mais pobres e foi aprovado de acordo com o regimento.

DO VEREADOR ALFREDINHO, líder do PT na Câmara, sobre liminar concedida pelo Tribunal de Justiça paulista que suspende reajuste do imposto na capital.

07 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Família Guinle vai à Justiça para reaver terreno de Cumbica

Herdeiros dizem que contrato de doação, de 1940, foi descumprido com concessão

Os herdeiros da família Guinle, que já foi dona do Copacabana Palace, entraram na Justiça para reaver o terreno de 9,7 milhões de metros quadrados onde está situado o Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP).

Foi protocolada na Justiça Federal de Guarulhos uma notificação que trata do descumprimento dos termos estabelecidos no contrato de doação da área, feito em 1940 pela família Guinle e Samuel Ribeiro, por meio da empresa agrícola Mavillis.

Segundo Fábio Goldschmidt, que representa os Guinle, a área foi doada com o intuito único de oferecer um benefício à sociedade. Lá, seria construído um aeródromo militar sob jurisdição do então Ministério da Guerra. A intenção, na época, era ampliar e reforçar o sistema de defesa brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial.

O terreno foi cedido por meio de doação modal —ou seja, a manutenção da área é condicionada ao cumprimento das condições previstas. Os herdeiros argumentam que a criação da SAC (Secretaria de Aviação Civil) —a partir da qual a jurisdição do aeroporto deixa de ser militar—, em 2011, e a concessão, em 2012, quebram o acordo.

Ainda de acordo com Goldschmidt, “segundo contrato de doação, caso haja descumprimento dos termos

originais, os doadores podem pedir a restituição da terra.

O defensor, no entanto, faz um ressalva: “Como hoje seria inviável a retomada do terreno, os herdeiros podem vir a pedir uma indenização sobre o valor do terreno”. Cálculos da União que levam em conta gastos para desapropriação de terrenos nas cercanias do aeroporto estimam o valor em R\$ 5 bilhões.

A notificação é dirigida à União, à Anac, à concessionária responsável pelo aeroporto e às empresas que compõem o consórcio: Infraero, Invepar e Acsa.

A Anac disse que ainda não foi notificada e que só se falaria após analisar o conteúdo da ação. O consórcio afirmou que não se pronunciaria sobre a notificação.

07 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Resistência e extermínio

ANA LUIZA FLAUZINA

Pretende-se quebrar a
tendência histórica que
sustenta o assalto à vida
negra como norma que não
precisa ser fundamentada

A resistência negra cristalizou-se como a grande ameaça a rondar o sono das elites brasileiras.

Das imagens aguerridas de Palmares aos retratos distorcidos das periferias urbanas, os vultos de corpos negros impondo-se frente ao racismo deflagram o terror de Estado como resposta patente. Nessa agenda de postura genocida, o grande apetite pela carne negra é saciado de maneira mais visível na movimentação dos aparatos policiais.

Mas não percamos tempo com esse tipo de denúncia saturada. Afinal, a construção da imagem da polícia racista, como o grande alvo de críticas de uma sociedade de bem, serve há muito para a manutenção desse campo minado cavado em torno da juventude negra desse país.

A narrativa usual é apaziguadora de consciências: uma pequena parcela de policiais, “as maçãs podres das corporações”, são os algozes dos extermínios noticiados.

Na imagem da TV, o capitão promete proceder uma investigação severa. Nos jornais, organizações de direitos humanos se posicionam contra esse tipo de prática. No sossego dos lares blindados, experimenta-se o alívio pela extirpação de mais um suspeito na guerra que se renova e intensifica.

Nessa equação, o racismo quer se apresentar como problema episódico, incidental, sendo negado seu papel estruturante das relações sociais no Brasil. A responsabilidade pela produção em série de mortes daqueles que, no dizer de Frank Wilderson, parecem ter a “capacidade de magnetizar balas”, passa a ser de policiais desrespeitosos de uma cultura institucional legítima.

Como se as polícias pudessem prescindir de sua postura homicida para cumprir a agenda política das elites. Como se as corporações policiais não tivessem a função do extermínio, levada a cabo por agrupamentos eleitos para tal fim, como uma de suas missões institucionais. Como se grande parcela da sociedade não sustentasse essa cultura policialesca da morte e da tortura justificando-a sempre como necessidade, nunca como escolha.

Em regra, poucas alternativas são apresentadas a esse quadro que parece querer se cristalizar como inevitável. Na contramão dessa tendência, o projeto de lei nº 4.471/2012 abre um pequeno, mas significativo espaço para novas perspectivas.

A proposta versa sobre a instauração de inquérito nos casos em que o emprego de força policial resultar em morte ou lesão corporal. Na prática, busca-se coibir as ações de extermínio e execução sumária sistematicamente classificadas como “resistência seguida de morte” ou “auto de resistência”.

Na conjuntura atual, em que as forças políticas se reorientam frente a onda de mobilizações e protestos, talvez seja essa uma oportunidade ímpar de se verificar compromissos. Afinal, que lugar ocupa o extermínio sistemático da juventude negra brasileira nas plataformas que pleiteiam a moralização do poder público? Qual a resposta efetiva de um Congresso Nacional à busca de legitimação frente a esse quadro insustentável?

Perguntas com respostas em aberto que já sinalizam a adoção do tom conservador historicamente assumido. Na Câmara dos Deputados, o projeto não foi posto na pauta de votação na última semana, já que a matéria “ficou prejudicada por ou-

tras prioridades”, nas palavras do presidente da Casa, deputado Henrique Eduardo Alves, do PMDB-RN.

Enquanto o poder dá sentido às suas prioridades, a resistência negra segue apontando para urgências flagrantes, sendo a preservação da vida uma de suas principais agendas. Diante dessa situação-limite, busca-se fazer com que as pilhas de corpos que se amontoam sejam dignas de algum tipo de justificativa e censura. Pretende-se, em última instância, quebrar a tendência histórica que sustenta o assalto à vida negra como norma que não precisa ser fundamentada.

ANA LUIZA FLAUZINA, 33, é doutora em direito e pesquisadora associada do Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana da Universidade do Texas em Austin (Estados Unidos)

07 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Cotas sem sentido

O governo Dilma Rousseff ganhou aplausos, em especial nos círculos militantes, com a adoção do sistema de cotas raciais em universidades federais — e gostou. Iniciativas semelhantes ameaçam multiplicar-se por outras esferas.

A administração propõe agora projeto de lei que reserva a negros 20% das vagas em concursos federais. Dois deputados petistas apresentaram uma proposta de emenda constitucional que estabelece cotas até no Legislativo.

Esta **Folha** se opõe à utilização da cor da pele como critério para o que quer que seja. Apóia, entretanto, que se usem categorias sociais para definir a alocação de determinados recursos públicos, como lugares em universidades.

A maior proporção de negros e pardos entre os mais pobres garante que a cota social beneficiará esses grupos, sem a necessidade de o Estado incidir numa classificação racial dos cidadãos, que mais reforça do que dissolve barreiras.

As iniciativas para estender as cotas ao mercado de trabalho e ao Parlamento pecam não apenas por disseminar e naturalizar ainda mais a ideia de raça na sociedade como também por misturar lógicas que são muito distintas.

Faz sentido reservar vagas em

universidades porque a educação tem o propósito explícito de tentar nivelar as pessoas. Um de seus objetivos é assegurar que todos os cidadãos, independentemente de origem social e acidentes de percurso, possam disputar em condições de igualdade as oportunidades que lhes serão oferecidas.

Não é absurdo, assim, manipular as regras de admissão universitária para tentar conciliar o ideal de equidade com outras metas da educação superior, como a formação dos melhores quadros possíveis.

Não é tão simples transpor esse princípio para o Poder Legislativo e para os concursos públicos. Nessas atividades, a lógica de promover a igualdade não se impõe como prioritária.

Quando o Estado contrata um servidor, espera-se que seja o mais qualificado. Quando um eleitor escolhe seu representante, deve fazê-lo tão livremente quanto possível. Os princípios da seleção nesses casos devem ser a eficácia administrativa e a liberdade de escolha.

O racismo é uma chaga social que o Estado brasileiro tem obrigação de combater. Deve fazê-lo, entretanto, com as ferramentas adequadas, sem comprometer ou enfraquecer demais outros objetivos relevantes do poder público.

Vítimas de estupro

BEMPARANÁ

MP-PR instala núcleo de apoio

Foi instalado ontem, em Curitiba, o Núcleo de Apoio à Vítima de Estupro (Naves). Trata-se de um serviço do Ministério Público do Paraná, que ajudará homens a mulheres com orientação jurídica e apoio psicológico. Com esse trabalho, a intenção é oferecer suporte psicológico, para minimizar os efeitos do trauma nas vítimas e, ao mesmo tempo, conscientizar a sociedade sobre a necessidade de denunciar os autores de estupros, em geral reincidentes.

“Além do apoio no caso concreto, a conscientização da sociedade acerca da importância da delação em crimes desta natureza é um de nossos objetivos, porque se sabe que, não raras vezes, a vítima tem vergonha ou medo de denunciar. Estamos aqui para dizer que elas não estão sozinhas, que o Ministério Público quer ajudá-las”, ressalta a procuradora de Justiça Rosângela Gaspari, coordenadora do núcleo.

O silêncio das vítimas é tão preocupante que a própria presidente Dilma Roussef colocou, na última terça-feira, em sua conta no Twitter, que os dados de estupros no Brasil, mesmo sendo alarmantes, são subestimados, já que muitas mulheres ainda não denunciam as violências a que são submetidas.

O alerta da presidente foi feito após a divulgação dos dados do 7º Anuário Brasileiro de Segurança, na segunda-feira. Segundo o levantamento estatístico, oficialmente, 3.523 casos de estupro foram registrados no Paraná, somente no ano passado. O total é 9,5% superior ao verificado em 2011, quando foram 3.218 ocorrências. No Brasil foram 50.617 registros, o que representa um aumento de 18,17% em relação a 2011, ano em que foram contabilizados 47.136 casos.

07 NOV 2013

07 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz barra alta do IPTU após sanção de Haddad

Prefeito diz que não havia sido notificado sobre decisão e assina lei, mas nova liminar torna ato sem efeito; petista afirma que vai recorrer

Fabio Leite

Luciano Bottini Filho

Em nova decisão liminar em menos de 24h, o juiz Emílio Migliano Neto, da 7.^a Vara da Fazenda Pública, suspendeu ontem a sanção da lei que aumenta o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na capital paulista a partir de 2014. O ato foi assinado na noite de terça pelo prefeito Fernando Haddad (PT) e publicado ontem no *Diário Oficial*. A Prefeitura informou que vai entrar com recurso.

A decisão de ontem foi deferida a pedido do promotor de Habitação e Urbanismo Maurício Ribeiro Lopes, autor da ação contra o projeto, após Haddad publicar a sanção da lei que reajusta o IPTU em até 20% para residências e até 35% para comércio e indústria no ano que vem, mesmo depois da liminar concedida à tarde pelo juiz Migliano Neto.

O prefeito alega que sancionou o reajuste porque a Prefeitura não havia sido notificada da decisão. “Até o presente momento não fomos informados oficialmente”, disse pela manhã, em agenda no Conjunto Habitacional da Água Branca, na zona oeste da capital. “Independentemente disso, nossa intenção é recorrer da decisão, porque ela prejudica metade da cidade, que vai pagar menos IPTU do que neste ano ou menos do que o acumulado da inflação em 2013”, completou.

Na decisão, o juiz aceita os argumentos da Promotoria e afirma que a aprovação do projeto na Câmara na semana passada “estava maculada por vício passível de nulidade insanável” porque não estava na pauta de votações do dia e ocorreu antes de

• Nova sessão

“O que deve ser feito é a Câmara fazer uma nova sessão para votar o projeto, respeitando o rito do Legislativo”

Maurício Ribeiro Lopes

PROMOTOR

uma audiência pública marcada para a manhã seguinte.

A antecipação da votação foi uma estratégia da base aliada de Haddad na Câmara para conseguir aprovar o polêmico reajuste, que incidirá sobre 1,5 milhão de contribuintes, por quatro anos consecutivos, com tetos de 10% para residência e de 15% para comércio a partir de 2015.

O líder do governo Arselino Tatto (PT) conseguiu aprovar em votação no plenário a inclusão do projeto na pauta. Por volta das 23h30, o aumento foi aprovado por 29 a 26, na primeira votação do ano com os 55 vereadores presentes.

A oposição e a Promotoria questionam a legalidade da medida, dizendo que isso só poderia ter sido feito se o projeto estivesse em regime de urgência, o que não era o caso. O presidente da Casa, José Américo (PT), disse que a mesma prática foi adotada “centenas de vezes” em outras legislaturas. O petista disse que a Câmara também vai recorrer da decisão.

Repercussão. O vereador Mário Covas Neto (PSDB) acredita que, se o projeto tiver de passar por terceira votação, Haddad terá de ceder mais ou não conseguirá aprovar o projeto. Segundo o secretário de Relações Governamentais, João Antônio (PT), “não houve vício nenhum no trâmite do projeto”. Ele disse que “a decisão liminar é inconsistente e será revertida”. /COLABOROU ARTUR RODRIGUES

07 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça manda citar acusados de quebrar sigilo de tucanos

Mariangela Gallucci / BRASÍLIA

A Justiça Federal em Brasília mandou citar o jornalista Amaury Ribeiro Júnior e mais cinco suspeitos de envolvimento com a quebra de sigilo de pessoas ligadas ao ex-governador paulista José Serra (PSDB) durante a campanha presidencial de 2010.

O Ministério Público Federal denunciou, em julho passado, Amaury Ribeiro, os despachantes Dirceu Garcia e Antonio Carlos Atella, a servidora pública Adeildda dos Santos e o contínuo Ademir Cabral pelos crimes de corrupção ativa, violação de sigilo funcional, falsificação de documento, falsidade ideológica e uso de documento falso.

A assessoria de comunicação da Procuradoria da República no Distrito Federal informou que até o momento o órgão não foi intimado sobre uma decisão da Justiça. A defesa de Amaury disse que o cliente ainda não recebeu a citação para responder à denúncia. O advogado Tracy Reinaldet afirmou que só depois de encaminhada a resposta à acusação o juiz responsável pelo caso determinará a abertura da ação penal ou o arquivamento do caso.

Campanha. O caso remonta a campanha de 2010, quando Serra foi derrotado por Dilma Rousseff na disputa pela Presidência da República. Na época, dados fiscais sigilosos do tucano Eduardo Jorge integravam um dossiê supostamente encomendado por integrantes da campanha petista. De acordo com investigação realizada na época pela Polícia Federal, o sigilo da filha de Serra, Veronica, também teria sido quebrado.

Na ocasião, tucanos atribuíram a aliados da campanha de Dilma participação na quebra de sigilo. Em depoimento à Polícia Federal, Amaury Ribeiro teria acusado o presidente do PT, Rui Falcão, de participação no caso. Falcão negou qualquer envolvimento.

Na ocasião, Serra utilizou seu programa eleitoral para atacar a campanha de Dilma e se disse "indignado". "Isso não é política, isso é sujeira. Eu sempre quis ser presidente. Apesar de ter me preparado a vida inteira para isso, jamais aceitaria ser presidente a qualquer preço, fazendo baixarias", afirmou o então candidato tucano, derrotado no 2.º turno da eleição presidencial. Na época, a campanha petista negou envolvimento na quebra de sigilos.

O ESTADO DE S. PAULO 4 Estados e 28 cidades têm cotas em concurso

Projeto de lei federal enviado anteontem para o Congresso estabelece reserva de 20% das vagas do funcionalismo de todo o País para negros

Victor Vieira

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Pelo menos quatro Estados e 28 cidades do País já adotam cotas raciais em concursos públicos, segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em outros dez municípios houve aprovação da reserva de vagas, mas as leis foram derrubadas no Judiciário.

O estudo subsidia o debate para o projeto de lei que destina 20% das vagas em concursos públicos federais para negros, enviado anteontem ao Congresso pela presidente Dilma Rousseff em caráter de urgência.

Na maioria das iniciativas listadas no estudo, a cota é igual ou inferior a 20%. A maior reserva é de 44%, em Viamão (RS). No entanto, o Mapa da Distribuição Espacial da População, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também feito em parceria com a secretaria, mostra que só 24,3% da população da cidade se declara "preto" ou "pardo" (termos usados pelo instituto que, somados, representam os negros).

Por outro lado, o estudo não encontrou nenhuma iniciativa no Pará, Estado com a maior proporção de negros (76,8%). Na Bahia (em segundo, com 76,3%), só Salvador reserva vagas, mas a norma ainda não foi regulamentada.

Concursos. O projeto enviado anteontem ao Congresso prevê que poderão concorrer às vagas reservadas a negros quem se declarar preto ou pardo na inscrição no concurso público. "Nós não vamos fazer democracia racial no País sem esse tipo de me-

tida", disse ontem o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

Levantamento da Secretaria-Geral da Presidência feito a pedido do Estado constatou, no ano passado, que cerca de 34% dos servidores da Presidência se declaravam negros, proporção menor do que a da população do Brasil, de 50,7%.

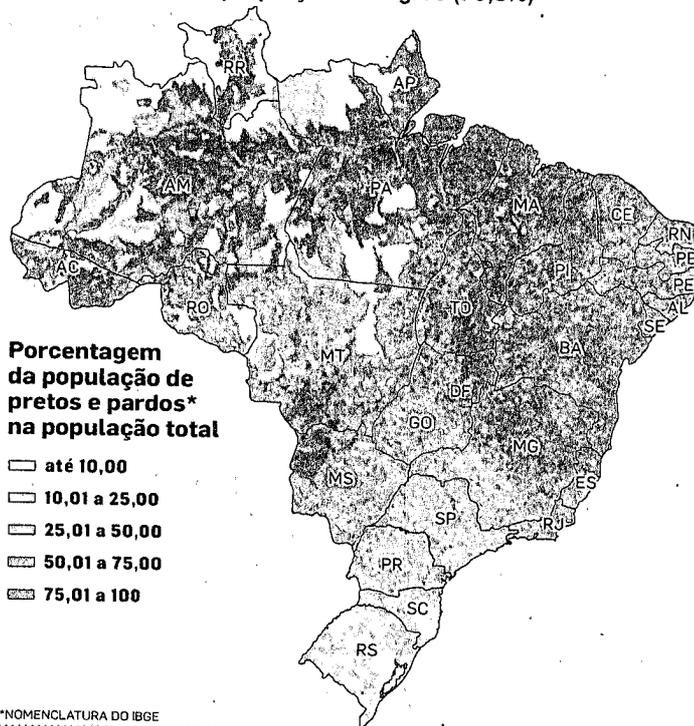
Para o diretor da ONG Educafro, Frei David Santos, o projeto é importante, mas a forma preocupa. "O governo optou por dar as costas à segurança jurídica do 10 a o do Supremo Tribunal Federal (em relação à aprovação da constitucionalidade das cotas em universidades, em 2012) e abraçar a insegurança da Câmara e do Senado." Segundo ele, é alto o risco de que os parlamentares alterem a proposta.

Já o advogado José Roberto Militão, crítico às cotas, acredita que o projeto deve criar problemas nos tribunais. "É um confronto ao princípio constitucional da igualdade."

Para a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, as críticas às ações afirmativas são preconceituosas. "A tendência das pessoas é conservadora, de deixar a realidade do jeitinho que está."

MAPA DA DIVERSIDADE

● Pará tem a maior proporção de negros (76,8%)



07 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Controle falho da polícia

O elevado número de pessoas mortas por policiais – que alegam ter agido nesses casos em legítima defesa, o que a maioria dos parentes das vítimas e especialistas em segurança contestam – e a precariedade dos mecanismos de controle das Polícias Civil e Militar constituem um elemento importante da prolongada crise da segurança pública no País, ao qual já está mais do que na hora de as autoridades darem maior atenção. A chamada letalidade da polícia é muito mais alta no Brasil em comparação não só com os países ricos, como também com outros com nível de desenvolvimento e problemas de segurança semelhantes aos nossos.

Levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que morrem diariamente, em média, cinco pessoas no que se chama de confrontos com policiais. De acordo com dados colhidos em 23 Estados, em 2012 morreram, nessas circunstâncias, 1.890 pessoas, e o número de policiais civis e militares mortos em serviço no mesmo período foi de 89. São números altamente preocupantes.

A relação de mortos é de 21 civis para cada policial, quase o dobro do número máximo (12) que o FBI considera aceitável nos Estados Unidos. Nesse país, cuja população é 60% maior que a do Brasil, morreram no ano passado 410 pes-

soas em confrontos com a polícia. Segundo Samira Bueno, secretária executiva do Fórum, mesmo no México, que tem taxa de homicídio próxima da nossa e trava uma verdadeira guerra contra o narcotráfico, é menor o número de pessoas mortas pela polícia. Ela observa com razão que todos os países democráticos têm polícia forte, mas isso “significa seguir padrão operacional e protocolos e ter mecanismos de controle para garanti-los”.

Protocolos que, deve-se acrescentar, servem não apenas para proteger o civil, mas igualmente o policial. Quanto aos mecanismos de controle, o prof. Ignácio Cano, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, estudou as corregedorias das Polícias Civil, Militar e Federal e do sistema penitenciário e concluiu que esses órgãos não recebem o apoio que deveriam: em geral, dispõem de pouco pessoal, enfrentam dificuldade de recrutamento e o policial que nelas trabalha não tem estabilidade. Por isso, depois de investigar um agente, pode ter de trabalhar com ele na rua.

Para agravar ainda mais as coisas, a situação não é muito diferente na instituição responsável pelo controle externo das polícias – o Ministério Público (MP). O procurador Mário Bonaglia, membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), admite que “há falhas e o papel do MP tem de ser aprimorado”. Quanto à letalidade da polícia, observa que ela não é questionada pela so-

cidade e, “se não há questionamento, há acomodação”. No CNMP, acrescenta, esse tema tem merecido atenção, “mas não há ainda uma política sobre a questão”.

Apesar das sérias deficiências desses mecanismos de controle, alguns avanços importantes no combate aos altos índices de letalidade policial vêm sendo registrados, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. O número de civis mortos em confronto com a polícia caiu em São Paulo nada menos do que 64% num curto espaço de tempo – entre janeiro e maio deste ano em comparação com igual período de 2012. No Rio, num período mais longo – de 2007 a 2012 – a queda foi de 69%. De 1.330 para 415, em números absolutos.

Em São Paulo isso se deveu principalmente a duas medidas adotadas em janeiro, sendo uma delas a que estabeleceu novas normas para a preservação do local das ocorrências, a fim de evitar que maus policiais alterem a cena do crime para fugir de suas responsabilidades nos fatos. Outra mudou a nomenclatura para classificar o que ocorre nos confrontos – não se fala mais de auto de resistência, que é um prejulgamento que favorece maus policiais, mas de morte em decorrência de intervenção policial, uma fórmula neutra.

Esses dois exemplos demonstram que muito pode ser feito para melhorar a polícia, quando para isso há firme determinação das autoridades.

07 NOV 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Campo Largo

Projeto promove atividades para ensinar sobre o ECA

A cada mês, as atividades do Projeto Social Nossas Meninas carregam um tema. Em outubro, foi a vez do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dinâmicas, gincanas e brincadeiras abordaram os direitos previstos no ECA. Para a coordenadora do Projeto, Liliane Delay, o objetivo é não apenas trabalhar temas relevantes com as meninas, mas também trazer satisfação em cada atividade. “É gratificante ver cada rostinho transbordando de alegria”, afirma a coordenadora.

Durante o último mês, as crianças participaram de desfiles, passeios e atividades internas. Em cada ação, pontos do ECA foram expostos para ensinar que os direitos de crianças e adolescentes não devem ser violados, principalmente o direito de passar a infância brincando e aprendendo.

Liliane ressalta que o apoio dos pais e de parceiros é fundamental para o sucesso de cada iniciativa do projeto.

Notas políticas

Projetos aprovados

A Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa aprovou pareceres a dois projetos de lei. O primeiro, de autoria do Tribunal de Justiça, transfere a Comarca de Paraíso do Norte da jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá para a jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Cruzeiro do Oeste. Do Ministério Público estadual foi aprovado o projeto que incorpora gratificações de assiduidade e de produtividade ao vencimento básico.

07 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Copel ajuda fóruns do TRE a reduzir gastos com energia

Os fóruns eleitorais de 41 municípios reduziram em média de 21% os gastos com energia elétrica de janeiro a outubro deste ano, comparado com o mesmo período de 2012. A economia é resultado da implantação do Projeto de Eficiência Energética da Copel, empresa do Governo do Estado, que substituiu lâmpadas e condicionadores de ar por equipamentos similares mais eficientes.

A substituição foi concluída em dezembro de 2012, pelo convênio firmado entre a Copel e o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. "Com equipamentos de refrigeração mais eficientes e lâmpadas que iluminam mais consumindo menos, a Copel vai contribuir para que os cidadãos

tenham mais conforto ao utilizar os serviços do TRE", explica o presidente da Copel, Lindolfo Zimmer.

NOVA ILUMINAÇÃO

Foram trocados 922 pontos de iluminação, com instalação de novos reatores e dois modelos de lâmpadas: fluorescentes compactas com selo Procel de economia, e multivapores metálicos, ambas mais eficientes e modernas do que as anteriormente instaladas. O mesmo critério foi adotado na troca de 258 aparelhos de ar condicionado por equipamentos tipo split que levam o selo "A", indicação de máxima eficiência na relação entre desempenho e consumo de energia.

Roseli Abrão TRE cassa prefeito de Turvo

O Tribunal Regional Eleitoral cassou, terça-feira, o prefeito de Turvo, Antonio Marcos Seguro, e seu vice, Carlos Schneider. Por maioria de votos (cinco) deu parcial provimento para determinar a cassação dos diplomas, a inelegibilidade e a aplicação de multa de cinco mil UFIR aos dois políticos.

Para o relator, desembargador Edson Vidal, ficou configurada a captação ilícita de sufrágio pelo fato de que o prefeito, às vésperas da eleição, teria distribuído cestas básicas aos eleitores com o fim de obter-lhes o voto nas eleições municipais de 2012, acarretando a aplicação da pena de multa e cassação do diploma.

Segundo o relator, o prefeito e vice-prefeito promoveram a distribuição gratuita de bens através de cestas básicas para a comunidade indígena com recursos da Administração Pública, configurando abuso do poder de autoridade e conduta vedada aos agentes públicos.